



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
SELEÇÃO PÚBLICA nº 011/2018
TIPO: MENOR VALOR GLOBAL
PROCESSO N.º 390486-4

OBJETO: O presente edital tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de laboratórios para análises físico-químicas e biológicas de sedimentos e água para obras de dragagem marítimas, oriundos do Complexo Estuarino de Paranaguá/PR, do Porto de Maceió/AL e de Fortaleza/CE, em atendimento as necessidades do Projeto “*Gerenciamento Ambiental de Serviços de Dragagem inseridos no Plano Nacional de Dragagem II (PND II)*”.

RECIBO

A Sociedade Empresária _____

CNPJ nº. _____, retirou este Edital de Seleção Pública e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail:

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À COMISSÃO DE SELEÇÃO PELO EMAIL: licitacao@fec.uff.br PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

A **FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL À UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, sem fins lucrativos, com sede na Rua Miguel de Frias, 123 – Parte, Icaraí, na cidade de Niterói – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.438.229/0001-09, por meio de seu Diretor Presidente, torna público que realizará **SELEÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA DO TIPO MENOR VALOR GLOBAL**, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, nos termos do Decreto Federal nº 8.241/2014 e subsidiariamente, no que for cabível, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 5.450/2005, da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 6.204/2007, e demais dispositivos legais pertinentes.

1. REALIZAÇÃO DA DISPUTA ELETRÔNICA

DIA: 27/08/2018.

HORA: 10:00 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.licitacoes-e.com.br>

1.1 Esta Seleção Pública será lançada no Portal Licitações-e do Banco do Brasil como PREGÃO ELETRÔNICO visto que a plataforma do Banco do Brasil ainda não está ajustada para a nova modalidade de compra instituída pelo Decreto 8.241/2014: Seleção Pública de Fornecedores, logo, não haverá previsão de IMPUGNAÇÃO do Edital, atendendo-se a todas as demais regras da modalidade Seleção Pública descritas no referido Decreto.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Comprador(a) e sua Comissão de Seleção, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constantes da página eletrônica do Banco do Brasil – www.licitacoes-e.com.br/ [www.bb.com.br.](http://www.bb.com.br/)

1.3 O Instrumento Convocatório se encontra disponível no endereço eletrônico <http://www.licitacoes-e.com.br>, podendo, alternativamente, ser adquirido no site da Fundação Euclides da Cunha no endereço eletrônico www.fundec.org.br

2. OBJETO

2.1 Constitui objeto desta Seleção Pública a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de laboratórios para análises físico-químicas e biológicas de sedimentos e água para obras de dragagem marítimas, oriundos do Complexo Estuarino de Paranaguá/PR, do Porto de Maceió/AL e de Fortaleza/CE, em atendimento as necessidades do Projeto “*Gerenciamento ambiental de Serviços de Dragagem inseridos no Plano Nacional de Dragagem II (PND II)*”.

2.2 Em caso de divergência entre as especificações técnicas/quantitativas do objeto descritas no portal do Licitações-e do Banco do Brasil e as constantes deste Edital, prevalecerão as do edital e seus anexos.

2.3 São partes integrantes da Seleção Pública os seguintes Anexos:

Anexo I	Termo de Referência.
Anexo II	Carta de Credenciamento.
Anexo III	Declaração de Concordância.
Anexo IV	Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor Trabalhando em Condições Perigosas, Insalubre ou Noturna.
Anexo V	Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

Anexo VI	Proposta de Preço.
Anexo VII	Declaração de elaboração independente da proposta.
Anexo VIII	Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
Anexo IX	Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo ou Forçado e Mão-de-obra Infantil
Anexo X	Contrato

3. VALOR

3.1 O valor global máximo aceitável para a presente Seleção Pública será de R\$ 1.095.880,00 (um milhão e noventa e cinco mil e oitocentos e oitenta reais).

3.2 Nos valores propostos deverão ser incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxas de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 A contratada deverá especificar todos os valores cobrados nas faturas/notas fiscais.

4. FONTE DOS RECURSOS

4.1 As despesas decorrentes da presente Seleção Pública correrão à conta dos recursos consignados no Projeto FEC nº 3931.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da Seleção as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuar no ramo pertinente e compatível com o objeto a ser selecionado, que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital.

5.2 Os interessados arcarão integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado da Seleção.

5.3 A participação do interessado implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento.

5.4 É admitida a participação de empresas estrangeiras que tenham, na data da sessão, representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

5.5 Não poderão participar desta Seleção Pública:

5.5.1 Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

5.5.2 Empresas que tenham sido impedidas ou suspensas temporariamente de contratar com a **FEC** ou por qualquer órgão da Administração Pública.

5.5.3 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.5.4 Empresas que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.5.5 Empresas que não contiverem em seu Contrato Social finalidade ou objetivo compatível com o objeto desta Seleção Pública.

5.5.6 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que compartilhem diretores, sócios ou representantes legais ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando o mesmo interesse econômico.

6. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES BANCO DO BRASIL

6.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da Seleção deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no país.

6.2 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico ou Seleção Pública Eletrônica realizados pela **FEC**, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Fundação, devidamente justificada.

6.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **FEC** ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4 O credenciamento para acesso ao sistema é de inteira responsabilidade do proponente ou de seus representantes legais, e cabe aos mesmos efetuar o cadastramento com dados corretos e atualizados, atentando para a indicação do endereço eletrônico para melhor comunicação com a empresa.

6.4.1 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br ou www.bb.com.br, opção “*Sala de Disputa > Acesse Aqui*”.

6.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Seleção Pública.

6.6 Como requisito para participação na Seleção, o proponente deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista no Edital.

7. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Após a divulgação do Edital no site www.licitacoes-e.com.br, o proponente deverá encaminhar sua proposta, com a descrição do serviço a ser realizado, preços e, se for o caso, os respectivos anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto, envolvendo, dentre outras despesas, tributos de qualquer natureza, impostos, taxas, transportes, seguro, encargos sociais, direitos trabalhistas e previdenciários.

7.1.2 Até a abertura da sessão, o proponente poderá retirar ou substituir sua proposta anteriormente apresentada.

7.2 O proponente deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Seleção Pública, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios

devido à inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3 A Proposta de Preço deverá ser elaborada em moeda corrente nacional (R\$), expressa em algarismos, com no máximo 02 (duas) casas após a vírgula, e por extenso, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos, devendo conter:

- a)** Especificação clara e completa dos serviços oferecidos, não se admitindo alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- b)** Preços unitários e globais, fixos e irrevogáveis, tanto em algarismos como por extenso, prevalecendo este valor sobre aquele em caso de divergência.
- c)** Prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- d)** Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste processo, nada mais sendo lícito pleitear a este título.
- e)** Razão social, CNPJ, endereço completo, número de telefone e fax, endereço eletrônico, bem como número de sua conta corrente, nome do banco e respectiva agência onde deseja receber seus créditos.
- f)** A qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato, contendo nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, estado civil, nacionalidade e

profissão, informando o instrumento que lhe outorga poderes para tanto (Contrato Social ou Procuração).

g) Quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes, não sendo desclassificada a proposta da proponente que não as apresentar.

7.3.1 Em caso de erros sanáveis na proposta que não evidenciem sua elaboração de forma incompatível com o estabelecido neste Edital e seus anexos, poderá o Presidente da Comissão de Seleção sanar o erro ou solicitar que o proponente assim o faça, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, conforme sua complexidade, de forma que sejam refletidos corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.3.2 Em caso divergência entre preços unitários e preços totais, prevalecerão os preços unitários e havendo divergência entre preços numéricos e preços por extenso, prevalecerão os preços por extenso.

7.4 O proponente deverá apresentar, juntamente com a Proposta de Preço, a Declaração de Elaboração Independente de Proposta por meio de preenchimento do formulário que constitui o **Anexo VII** desta Seleção Pública.

7.5 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências do Edital e às especificações técnicas ali previstas, bem como a simples participação neste processo implica aceitação de todos os seus termos, condições, normas, especificações e detalhes, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

7.6 A omissão de qualquer despesa necessária a perfeito execução dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o proponente pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

7.7 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.9. Após a conclusão da etapa de lances, a Proposta de Preço do proponente vencedor contendo as especificações detalhadas dos serviços a serem realizados deverá ser formulada e enviada por meio eletrônico, no prazo de até 02 (duas) horas, atualizada e em conformidade com o último lance ofertado.

7.9.1 O proponente que não atender o prazo estabelecido no subitem 7.9 será desclassificado.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 A abertura da sessão pública desta Seleção Pública, ocorrerá na data e na hora indicadas no Item 1 deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Presidente da Comissão de Seleção Pública a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2 Todas as referências de tempo constantes do ato convocatório, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e serão registradas no sistema e na documentação relativa à seleção.

8.3 Aberta a sessão, serão divulgadas as propostas de preços recebidas, e poderão ser dados os lances, observando-se a legislação pertinente e o regramento constante do Edital.

8.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Presidente da Comissão de Seleção.

8.5 A comunicação entre o Presidente da Comissão de Seleção e os participantes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.6 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, serão aceitos pedidos de esclarecimentos via e-mail no endereço eletrônico licitacao@fec.uff.br.

9. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 O Presidente da Comissão de Seleção verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.2 Somente os participantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9.3 Havendo apenas uma oferta, desde que esta atenda a todos os termos do Edital e que seu valor seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

10. FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 Classificadas as propostas, o Presidente da Comissão de Seleção dará início à fase competitiva, quando então os proponentes poderão encaminhar seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.1.1 Os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

10.1.2 Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado pelo Presidente da Comissão de Seleção para abertura da sessão e as regras de aceitação estabelecidas neste Edital.

10.2 A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.3 O proponente somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.5 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

10.6 Durante o transcurso da Seleção Pública, os proponentes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer o valor e horário do menor lance registrado, não sendo identificado o proponente detentor do lance.

10.7 Se ocorrer a desconexão do Presidente da Comissão de Seleção no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7.1 No caso de a desconexão do Presidente da Comissão de Seleção persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

10.8 No caso de desconexão de proponente, o mesmo deverá providenciar de imediato, sua conexão ao sistema, sob sua inteira responsabilidade.

10.9 A etapa competitiva da Seleção Pública será encerrada por decisão do Presidente da Comissão de Seleção Pública, mediante aviso prévio de fechamento iminente dos lances encaminhado pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.10 Após o encerramento da etapa competitiva, o Presidente da Comissão de Seleção poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim como decidir sobre sua aceitação.

10.10.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

10.11 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Presidente da Comissão de Seleção acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.12 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Presidente da Comissão de Seleção verificará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, a regularidade e habilitação do autor da proposta e o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste Edital, na forma do Decreto Federal nº 8.241/2014.

11. BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

11.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do proponente mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, ser contratada.

11.1.2 Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.1.3 O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou da empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo previsto no subitem 13.3.1.1 deste Edital para a devida e necessária regularização.

11.2.1 Se houver a necessidade de abertura do prazo para a microempresa ou empresa de pequeno porte regularizar sua documentação fiscal, o Presidente da Comissão de Seleção Pública deverá suspender a sessão e registrar em ata que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia, horário e local informados para a retomada da sessão de lances.

11.2.2 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a pequena empresa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

11.3 Caso não haja microempresa ou empresa de pequeno porte dentro da situação prevista neste item, não ocorra a apresentação de nova proposta de valor ou não sejam atendidas as exigências documentais de habilitação, a Comissão de Seleção Pública adjudicará o objeto ao proponente originalmente declarado vencedor.

12. JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor valor global** desde que atendidas às especificações constantes deste Instrumento.

12.2 Após a análise da Proposta de Preço, será verificado o atendimento pelo proponente vencedor a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

12.2.1 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou zerados, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do proponente, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.3 Após o encerramento da etapa de lances e negociação, as especificações e o valor do objeto ofertado pelo proponente vencedor, devidamente atualizados, bem como sua documentação de habilitação deverão ser enviados em até 02 (duas) horas para o e-mail licitacao@fec.uff.br, bem como, em meio físico, para o endereço da **FEC** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

12.4 Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta de menor preço.

12.5 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se o proponente desatender as exigências deste edital, o Presidente da Comissão de Seleção examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital, com convocação do respectivo proponente para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, assinar o Contrato.

12.6 Homologada a Seleção Pública pela autoridade competente, será formalizada a assinatura do Contrato para a prestação do serviço.

12.7 O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, injustificadamente deixar de assinar o Contrato estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1 Para habilitação na Seleção Pública será exigida do proponente mais bem classificado, exclusivamente, documentação referente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, conforme discriminado nos itens seguintes.

13.1.1 Após o encerramento da etapa de lances e negociação, a documentação de habilitação do proponente vencedor deverá ser enviada em até 02 (duas) horas para o e-mail licitacao@fec.uff.br, bem como, em meio físico, para o endereço da **FEC** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

13.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I.** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II.** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;
- III.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV.** Declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela Administração Pública.
- V.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3 REGULARIDADE FISCAL

- I. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- II. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que comprove situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

13.3.1 A pequena empresa deverá apresentar toda a documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal.

13.3.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de pequena empresa, assegurar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a pequena empresa for declarada vencedora, para a devida e necessária regularização.

13.3.1.2 A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

13.3.1.3 O prazo previsto no item 13.3.1.1 poderá ser prorrogado por igual período, se requerido pelo participante e expressamente autorizado pela **FEC**.

13.3.1.4 A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.

13.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- I. Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- II. Oferta de garantia que assegure a execução total do objeto contratado, conforme previsto no Contrato a ser formalizado (Anexo X).

13.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I. Apresentar certificado INMETRO na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005, com validade de pelo menos 01 (um) ano.
- II. Apresentar Responsável Técnico devidamente cadastrado no Conselho de Classe Competente, com experiência comprovada.
- III. Comprovação de capacidade técnica em nome do participante, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado referentes ao desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente Seleção Pública.

13.6 DECLARAÇÕES

13.6.1 Apresentar todas as declarações contidas nos anexos deste instrumento, quais sejam: Declaração de concordância, Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor Trabalhando em Condições Perigosas, Insalubre ou Noturna, Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, Declaração de Elaboração Independente da Proposta, Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo ou Forçado e Mão-de-obra Infantil e Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso esteja enquadrado.

13.7 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.7.1 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.

13.7.1.1 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor da Seleção nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

13.7.1.2 A **FEC** não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação, de modo que não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o participante será inabilitado.

13.7.2 O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do participante vencedor.

13.7.3 Em se tratando de participante empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

13.7.4 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.7.5 Caso o interessado mais bem classificado não atenda às exigências de habilitação, a **FEC** poderá convocar os demais participantes, na ordem de classificação, para apresentar a documentação necessária à habilitação.

14. DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

14.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes à presente Seleção Pública deverão ser enviados por escrito à Comissão de Seleção Pública até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, na sede da **FEC** à Rua Miguel de Frias, 123 parte, Icaraí, Niterói/RJ tel: (21)2109-1683, ou por meio eletrônico via internet, no endereço licitacao@fec.uff.br.

14.1.1 Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

14.2 Caberá ao Presidente da Comissão de Seleção Pública manifestar-se sobre o pedido de esclarecimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir de seu recebimento, apoiado pelo setor técnico responsável pela elaboração do instrumento ou pelo órgão jurídico, conforme o caso.

14.3 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimento apresentados fora dos prazos estabelecidos.

14.4 Será designada nova data para realização da sessão quando houver qualquer modificação no ato convocatório, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

15. RECURSOS

15.1 Conforme Decreto nº 8.241/2014, a fase recursal será única, após o julgamento das propostas.

15.2 Ao final da sessão, o participante que desejar recorrer das decisões do Presidente da Comissão de Seleção Pública poderá fazê-lo, manifestando sua intenção de recurso através do sistema eletrônico, imediatamente após a fase competitiva, com o registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar os respectivos memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis.

15.3 Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

15.4 O recurso será dirigido a quem proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 03 (três) dias úteis, o encaminhará à autoridade máxima da **FEC**, que terá competência para a decisão final, em até 05 (cinco) dias úteis.

15.5 A falta de manifestação imediata e motivada do participante quanto à sua intenção de recorrer, importará na decadência do direito de recurso.

15.6 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo estabelecido e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente (procuração) ou não identificados no processo para responder pelo proponente.

15.7 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.8 Os recursos interpostos não terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DA ADJUDICAÇÃO

16.1 A Comissão de Seleção adjudicará o objeto desta Seleção Pública ao participante vencedor, quando inexistir recurso, ou, quando existir, for por ela decidido com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente da **FEC**.

16.2 Encerrado o procedimento, o representante legal do participante que tiver apresentado a proposta vencedora e aceita será convocado para assinatura do Contrato.

16.2.1 Na hipótese de convocação dos participantes remanescentes, a **FEC** deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este valor, aproximando-o do valor da proposta mais vantajosa, ou até mesmo superando-o.

16.3 O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação, para assinar o Contrato.

16.3.1 O prazo previsto no subitem 16.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do proponente vencedor, durante o transcurso do prazo referido, devidamente justificada, a ser analisada e aprovada pela **FEC**.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento pela prestação do serviço será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega, mediante a apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas, devidamente atestadas pelo recebedor do bem e/ou serviços.

17.1.1 Constatada qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à empresa Contratada, a fim de que a mesma proceda às devidas correções, reiniciando-se o prazo de pagamento a partir da reapresentação do documento corrigido.

17.2 O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em conta e instituição bancária indicados pela Contratada em sua proposta de preço.

17.2.1 A conta informada deverá ser de titularidade da Contratada, sendo inviável o depósito em conta de titularidade de pessoa física vinculada ou não à empresa, bem como o pagamento através de qualquer outra forma que não o depósito bancário.

17.2.2 No ato de cada pagamento será reavaliada a manutenção das condições iniciais de habilitação e regularidade fiscal da Contratada.

17.3 A **FEC** reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

17.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da **FEC**, desde que o vencedor da Seleção Pública não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data mencionada no subitem 17.1 até a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

17.5. Para efeito de cada pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários, como também da memória de cálculo dos itens entregues, em original ou em fotocópia autenticada.

18. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.1 O contrato, que obedecerá às condições estabelecidas nesta Seleção Pública, será firmado com o vencedor do certame adjudicatário e terá a data final de 01 de maio de 2019, podendo ser prorrogada por meio de Termo Aditivo, conforme art. 28 do Decreto nº 8.241/2014.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O proponente que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentação exigida neste edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, estará sujeito às seguintes sanções, garantido o direito à ampla defesa:

- I. Multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso;
- II. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, em caso de entrega parcial;
- III. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, em caso de inexecução total de seu objeto;
- IV. Impedimento de participar de seleções públicas da **FEC** e de contratar com a referida instituição, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

19.2 No caso de aplicação de qualquer das sanções aqui previstas, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

19.3 No caso de aplicação das sanções de multa, previstas nos incisos I, II e III do subitem 19.1 deste Edital, as mesmas serão cobradas administrativamente, mediante notificação, e deverão ser recolhidas na forma descrita no referido documento.

19.4 As multas serão cobradas judicialmente em caso de não recolhimento na forma e prazos estabelecidos na notificação.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Este instrumento convocatório será fornecido a qualquer interessado nos sítios: www.fundec.org.br – **licitações** e deverá ser lido e interpretado na íntegra, posto que, após o encaminhamento da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

20.2 Fica assegurado à **FEC** o direito de, no interesse da Administração e sem que caiba aos participantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, anular, por iniciativa própria ou mediante provocação de terceiros quando houver ilegalidade ou revogar, por interesse público, a presente Seleção Pública, sempre em despacho fundamentado, a qualquer tempo dando ciência aos interessados.

20.3. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Seleção Pública e seus Anexos, excluir-se-á o do dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **FEC**.

20.4 O objeto da presente Seleção Pública poderá sofrer acréscimos ou supressões na forma do art. 29 do Decreto 8.241/2014.

20.5 A Comissão de Seleção, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, com validade e eficácia, e acessível a todos os interessados.

20.6 Quando não acudirem interessados à Seleção Pública, os interessados não atenderem às condições de habilitação ou as propostas apresentadas não atenderem aos critérios de seleção, a FEC poderá contratar diretamente, mantidas as condições preestabelecidas neste instrumento convocatório, inclusive, o valor máximo estabelecido para a contratação.

20.7 Em caso de dúvida, a interessada deverá contatar a Comissão de Seleção Pública à Rua Miguel de Frias, 123 - parte, Icaraí, Niterói/RJ CEP: 24220001 e pelos telefones (21) 2109-1683, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 17:00h, ou através do e-mail: licitacao@fec.uff.br a obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários, devendo ser feito até primeiro dia útil imediatamente anterior à data da sessão pública.

Niterói, ____ de _____ de 2018.

Alberto Di Sabbato
Diretor-Presidente
Fundação Euclides da Cunha



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto desta Seleção Pública a prestação de serviços de laboratório para análises físico-químicas e biológicas de sedimentos e água para obras de dragagem marítimas, oriundos do Complexo Estuarino de Paranaguá/PR, do Porto de Maceió/AL e de Fortaleza/CE, em atendimento às necessidades do Projeto “Gerenciamento Ambiental de Serviços de Dragagem inseridos no Plano Nacional de Dragagem II (PND II)”.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 Tal objeto encontra apoio legal no Decreto Lei nº 8.241/2014.

3. DA ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

3.1 A **CONTRATADA** deverá realizar os seguintes serviços:

- a) Fretamento das amostras por transporte aéreo e/ou rodoviário;
- b) Conservação das amostras em gelo;
- c) Fornecimento de frascaria para coleta;
- d) Análise Química de Sedimentos;
- e) Análise Granulométrica de Sedimentos;
- f) Análises Químicas de Água;
- g) Análise Ecotoxicológica de Sedimentos.

3.1.1 A coleta das amostras é de competência da Universidade Federal Fluminense – UFF.

4. DO DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

4.1 Análise Química de Sedimentos: Deverá ser obedecida a seguinte metodologia para cada parâmetro:

Parâmetro	Método	Quantidade
Nitrogênio Kjeldahl	MA-024-L2	400 unidades
Nitrogênio Amoniacal	SMWW 4500 NH3 - E/F	400 unidades
Cádmio	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Chumbo	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Cobre	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Alumínio	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Mercúrio	EPA 245.7	400 unidades
Manganês	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Bário	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Níquel	EPA 6010 C / 3050	400 unidades
Zinco	MA-070-L2	400 unidades
Arsênio	MA-070-L2	400 unidades
Cromo	MA-070-L2	400 unidades
Mercúrio	MA-070-L2	400 unidades
PCB	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3550 C:2007	400 unidades
DDD	U.S. EPA 8270	400 unidades
DDE	U.S. EPA 8270	400 unidades
DDT	U.S. EPA 8270	400 unidades
PAHs	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3550 C:2007	400 unidades
Carbono Orgânico Total	Oxidação por Combustão Catalítica	400 unidades
Compostos Orgânicos Voláteis	EPA 8260	400 unidades
Compostos Orgânicos Semi-Voláteis	EPA 8260	400 unidades

Tributilestanho	SM - 6710 – Tributyl Tin:2011	400 unidades
Matéria Orgânica	Calcinação	400 unidades
Sólidos Suspensos	SM 2540 E	400 unidades
DQO	Manual de métodos de análise de solo - Embrapa	400 unidades
Fósforo Total	Digestão 4500-P (E)	400 unidades
Fósforo Dissolvido	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Óleos Minerais	POP PA 064	400 unidades
Ferro Solúvel	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Granulometria	Peneiramento	400 unidades

4.1.1 Qualquer método que por ventura esteja equivocado na tabela, deverá ser considerado os métodos aceitos pelos órgãos ambientais.

4.2 Análise Granulométrica de Sedimentos: A determinação das frações granulométricas deve ser feita através do peneiramento úmido das amostras secas (50g) em malha de 0,063 mm com o objetivo de separar a fração de sedimentos finos (silte+argila). Em seguida, as frações remanescentes devem ser submetidas a peneiramentos secos com auxílio de um agitador mecânico (Shaker) separando as diferentes frações, de acordo com a escala de Wentworth (Wentworth, 1992). O resultado da análise deve ser expresso em % das frações principais: cascalho (>2mm), areia (>0,063 – 2mm) e finos (<0,063mm).

4.3 Análises Químicas de Água:

Água		
Parâmetro	Método	Quantidade
Nitrogênio Total	EMBRAPA:2011 / STANDARD METHODS 22º ED. 4500 F	200 unidades
Fosfato	MA-014-L2	200 unidades
Nitrato	SMEWW 22ª Edição 2005: 4500-NO3- Nitrogen E: Colorimetric Method	200 unidades

Nitrito	SMEWW 21ª Edição 2005: 4500-NO2- Nitrogen B: Colorimetric Method	200 unidades
Nitrogênio Amoniacal	SM 4500-NH3 (F) - 22ª Edição - Phenate Method	200 unidades
Nitrogênio Kjeldahl	MA-022-L2	200 unidades
Cádmio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Chumbo	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Cobre	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Mercúrio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Zinco	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Arsênio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
HPAs	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3510 C:1996	200 unidades
Tributilestanho	POP PA 167	200 unidades
Óleos e Graxas		200 unidades

4.3.1 Qualquer método que por ventura esteja equivocado na tabela, considerar os métodos aceitos pelos órgãos ambientais.

4.4 Análise Ecotoxicológica de Sedimentos:

4.4.1 Realização de ensaios ecotoxicológicos crônico com a fase aquosa (elutriato) dos sedimentos superficiais utilizando como organismo-teste o ouriço-do-mar *Arbacia lixula* (ECHINOIDEA: ARBACIIDAE). Os ouriços-do-mar desta espécie são exclusivamente litorâneos, sendo encontrados principalmente sobre substrato rochoso, até cerca de 15 metros de profundidade, e em praticamente toda a costa brasileira.

4.4.2 Para a realização dos testes, os gametas serão liberados através de injeção de solução de cloreto de potássio (KCl 0,5 M) na região peri-oral dos ouriços-do-mar. Serão preparadas cinco (5) réplicas de ensaio para cada elutriato, dos quais uma réplica destina-se ao controle de salinidade e pH em frascos de 15 mL. Um número mínimo de 300 ovos de *Arbacia lixula* serão transferidos para os frascos testes e

incubados por um período de 24 horas a $25 \pm 2^{\circ}\text{C}$ e foto-período de 12h12min. A finalização do teste será realizada por fixação com formol a 4 %. Serão considerados os testes válidos quando o percentual de efeito nos frascos controle não ultrapassar 20% e alterações superiores de pH e salinidade não excederem 20% da inicial. A análise do conteúdo dos frascos para a identificação do efeito tóxico será realizada em microscópio verificando o estágio de desenvolvimento de no mínimo 100 embriões, utilizando-se uma Câmara de Sedgwick – Rafter (CETESB, 1992).

4.5 Quantidade de amostras e campanhas:

4.5.1 01 (uma) Campanha Maceió/AL: 26 (vinte e seis) amostras de água e 13 (treze) amostras de sedimento por campanha;

4.5.2 01 (uma) Campanha Fortaleza/CE: 26 (vinte e seis) amostras de água e 13 (treze) amostras de sedimento por campanha;

4.5.3 04 (quatro) Campanhas Paranaguá/PR: 33 (trinta e três) amostras de água e 33 (trinta e três) de sedimento por campanha mensal.

5. DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 A CONTRATADA deverá atender a todas as solicitações da **FEC**, de forma a garantir que os objetivos e metas estabelecidos para o processo sejam alcançados;

5.2 Durante todo o desenvolvimento do processo, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar toda e qualquer informação necessária aos técnicos da UFF para o acompanhamento, por parte destes, da evolução das atividades;

5.3 A **CONTRATADA** deverá sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, quando necessário, por parte da **FEC**, encarregada de acompanhar a execução dos serviços,

prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.4 Os serviços contratados deverão ser executados seguindo as orientações, normas técnicas pertinentes e padrões adotados pela **FEC**;

5.5 Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar toda e qualquer informação e documentação solicitada pela **FEC**, pelos profissionais indicados para a prestação de serviços, a qualquer momento, num prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas;

5.6 A **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento das frascarias, e pela conservação e envio das amostras para os laboratórios;

5.7 A **CONTRATADA** será responsável por buscar as amostras nas áreas em que forem coletados a água e/ou sedimentos: Complexo Estuarino de Paranaguá/PR, do Porto de Maceió/AL e de Fortaleza/CE.

6. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1 Os produtos deverão ser entregues em meio digital, de acordo com as seguintes especificações:

- a)** Em formato aberto (editável), nas extensões de arquivos dos *softwares* de origem;
- b)** Em formato fechado para impressão, em extensão de arquivo pdf;
- c)** Gravados em mídias personalizadas do projeto e enviados por correio eletrônico ou como *link para download* em plataforma de dados em nuvem.

7. DOS CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Todos os produtos devem ser previamente aprovados pela **FEC** e pela Coordenação do Projeto.

7.2 A rejeição de um produto apresentado pela **CONTRATADA** deve ser fundamentada por escrito pela **FEC**.

7.3 Em caso de rejeição de um produto, a **CONTRATADA** deverá propor até três (3) novas alternativas, sucessivamente, até a aprovação, sem qualquer ônus adicional para a **FEC**.

8. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 O prazo de vigência da contratação será até a data de 01 de maio de 2019, podendo ser prorrogada por meio de Termo Aditivo, conforme art. 28 do Decreto nº 8.241/2014.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Instituir um funcionário responsável por todo o processo de comunicação com a **FEC** na realização dos serviços contratados e outros assuntos correlatos ao objeto do contrato.

9.2 Além de cumprir rigorosamente as normas e obrigações constantes do contrato e os demais instrumentos que o integram, caberão à **CONTRATADA** as seguintes obrigações:



- a)** Comunicar a FEC por escrito, de forma detalhada, qualquer eventualidade ou ocorrência que prejudique a execução dos serviços.

- b)** Permitir a fiscalização dos serviços contratados, por funcionário designado pela FEC, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

- c)** Arcar com todas as obrigações fiscais, sociais e previdenciárias dos seus empregados e da empresa, como também taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a FEC.

- d)** Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhista, cível ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência.

- e)** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e condições de habilitação e de qualificação legalmente exigidas.

- f)** Arcar com todos os ônus necessários à completa e correta execução dos serviços.

- g)** Respeitar os prazos acordados com a FEC.

- h)** Agir segundo as normas e diretrizes da FEC e legislação pertinente.

- i)** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados.

- j)** Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato;

k) Arcar e responsabilizar-se, com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas os seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda a FEC isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

l) Respeitar todas as especificações constantes deste Termo de Referência.

m) No que couber, aplicar os critérios constantes do artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, referentes à sustentabilidade ambiental para as contratações públicas.

n) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FEC em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio de preposto, designado para acompanhamento do contrato, a contar da data da solicitação da FEC.

o) Reconhecer o fiscal do contrato, bem como outros funcionários que forem indicados pela FEC, para realizar solicitações relativas à contratação, tais como habilitação, desabilitação, entre outros.

p) Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

q) Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da Seleção Pública oriunda do contrato.

r) Não fazer uso das informações prestadas pela FEC que não seja em absoluto cumprimento do contrato em questão.

9.3 A **CONTRATADA** deverá ser acreditada pelo INMETRO na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005.

9.4 A **CONTRATADA** deverá ter capacidade técnica para realizar, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos parâmetros definidos neste instrumento, sendo assim, só será permitida a subcontratação de laboratórios para a realização de, no máximo, 30% (trinta por cento) dos parâmetros;

9.4.1 Caso haja subcontratação, deverá ser autorizada pela **FEC**, bem como, o laboratório subcontratado deverá também ser acreditado pelo INMETRO na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005 em todos os parâmetros terceirizados.

9.5 A **CONTRATADA** se responsabiliza pelo fornecimento de frascos específicos para cada tipo de análise, a conservação, preservação e análise das amostras definidas neste Termo de Referência.

9.6 A **CONTRATADA** se responsabiliza pelo transportes das análises dos locais de coleta até o laboratório.

9.7 É vedado divulgação ou comentário de qualquer natureza, sem a autorização expressa da **FEC**, dos resultados das análises objeto do presente instrumento. A **CONTRATADA** deverá manter sigilo de todas as informações oriundas dos trabalhos realizados e análises de laboratórios processadas, sendo passível de sanções legais e administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

9.8 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, a qualquer tempo, um consultor especializado no objeto deste instrumento, para realizar a interpretação dos resultados, estudos visando otimização de processos, comparações de resultados, etc.

9.9 A **CONTRATADA** deverá possuir, do início ao término do Contrato, núcleo próprio, com pessoal técnico devidamente habilitado e registrado para recebimento de amostras, a qualquer tempo que for solicitado.

9.10 Qualquer não conformidade encontrada nas análises realizadas deverá ser comunicada imediatamente à FEC, após a confirmação do resultado. Os meios de transmissão de informação, que visem à agilidade de comunicação, serão definidos pela FEC;

9.10.1 Após a comunicação de não conformidade, a FEC, definirá o dia para a realização de uma nova coleta, devendo a **CONTRATADA** estar apta a fornecer os frascos e equipamentos necessários para a coleta no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.11 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, quando solicitada, acesso aos seus laboratórios para acompanhamento das análises realizadas, ficando sob a responsabilidade da **CONTRATADA** os custos com transporte e hospedagem, caso o laboratório esteja localizado fora do Estado do Rio de Janeiro.

9.12 A **CONTRATADA** deverá estar apta a fornecer, através de sistema informatizado, os resultados das análises realizadas até 24 (vinte e quatro) horas após suas determinações. O sistema a ser disponibilizado deverá ser on-line.

9.13 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, através de planilhas aprovadas pela FEC, os relatórios das análises realizadas através da Internet, com assinaturas eletrônicas e sistema de senhas para acesso;

9.13.1 Os relatórios de resultados analíticos deverão ser disponibilizados na Internet, entregues em meio digital e impresso, devidamente assinados pelos técnicos

responsáveis, num prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, após a data de coleta das amostras.

9.14 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um técnico capacitado, que esteja quite com as obrigações exigidas pelo Conselho Regional correspondente, para treinar a equipe da UFF que efetuará as coletas, ficando sob a responsabilidade da contratada os custos com transporte e hospedagem, caso o laboratório fique localizado fora do Estado do Rio de Janeiro.

9.15 Todos os equipamentos deverão estar calibrados e seus certificados de calibração deverão acompanhar os respectivos relatórios de análise.

9.16 A **CONTRATADA** deve enviar os frascos (plástico ou vidro), dependendo do analito e matriz a ser analisada, com os preservantes necessários para cada analito. Todos os frascos devem ser etiquetados, com as seguintes informações:

- a) Número de cada amostra: (a ser preenchida pela UFF);
- b) Data de coleta: (a ser preenchida pela UFF);
- c) Preservante: (a ser preenchido pelo laboratório);
- d) Armazenamento: (a ser preenchido pelo laboratório)
- e) Tempo máximo de estocagem: (a ser preenchido pelo laboratório)
- f) Matriz: (a ser preenchida pela UFF)

9.16.1 Em relação ao preservante utilizado, devem ser indicados o produto, o volume e concentração, por exemplo: Preservante: (HCl, 1,0mL, conc.) ou HCl, 5,0mL, 1%).

9.16.2 Em relação ao armazenamento, deve ser indicado se a amostra deve ser mantida a 4°C (em gelo), temperatura ambiente, ou congelada, até o envio da mesma para o laboratório.

9.17 Após a coleta, a **CONTRATADA** deverá apresentar os laudos analíticos entre 45 - 60 dias.

9.18 A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços contratados ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

9.19 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da contratada deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA FEC

10.1 Nomear um funcionário, para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, o que consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o seu perfeito cumprimento.

10.2 Notificar à contratada, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega do objeto contratado, bem como da devida prestação dos serviços estipulados fixando prazo para sua correção.

10.3 Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do instrumento contratual.

10.4 Comunicar à Contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação do serviço.

10.5 Não efetuar o pagamento à Contratada caso haja descumprimento de cláusula contratual.

10.6 O pagamento dos serviços executados será realizado até 30 (trinta) dias corridos, do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com o cronograma-físico financeiro, apresentado pela empresa vencedora da Seleção Pública.

10.7 Observar para que, durante a vigência contratual, sejam cumpridas todas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como seja mantidas todas as condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas.

10.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

10.9 Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a realização do serviço, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos do contrato.

10.10 Recusar os serviços que forem apresentados fora da especificação.

10.11 A inadimplência por parte da Contratada, com referência às suas obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento a FEC, nem poderá onerar o objeto da contratação, ou tampouco constituirá qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a FEC;

10.12 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da FEC deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____,
CNPJ _____, por seu representante legal, que esta assina,
credencia como seu representante o(a) Senhor(a)
_____ Portador(a) do CPF nº _____
e Identidade nº _____ a quem confere amplos e especiais poderes
para fins e efeitos da Seleção Pública nº 011/2018, podendo o mesmo interpor
recursos, renunciar o direito de recorrer, protestar, assinar documentos, entre eles as
atas das sessões públicas de abertura e julgamento da Seleção Pública e tudo mais que
se fizer necessário ao perfeito e fiel cumprimento deste mandato.

Niterói ____ de _____ de 2018.

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

DECLARAMOS, para todos os efeitos legais, que ao apresentar uma proposta, com preços e prazos indicados, estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas para esta Seleção Pública, às quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Niterói ____ de _____ de 2018.

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHADOR MENOR TRABALHANDO EM
CONDIÇÕES PERIGOSAS, INSALUBRE OU NOTURNA.**

DECLARAMOS, que não estamos impedidos de contratar com a Administração Pública, nem suspensos de participar de licitação.

DECLARAMOS, também, sob as penas da Lei, que não utilizamos mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizamos, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposições da Lei nº 8.666/93 e da Lei 9.854, de 27/10/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.

Niterói ____ de _____ de 2018.

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____ (Nome da empresa) _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na presente Seleção Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Niterói ____ de ____ de 2018.

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO VI

PROPOSTA DE PREÇO

A

Fundação Euclides da Cunha - FEC

Prezados Senhores,

Declaramos que foram examinadas minuciosamente as normas específicas do Termo de Referência para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de _____, para atender a Fundação Euclides da Cunha – FEC.

Propomos, sob nossa integral responsabilidade, prestar os serviços na forma prevista na Seleção Pública nº 011/2018 pelo valor total de R\$ _____ (valor por extenso), precificando cada item.

ANÁLISE QUÍMICA DE SEDIMENTOS				
Parâmetro	Método	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Nitrogênio Kjeldahl	MA-024-L2	400 unidades		
Nitrogênio Amoniacal	SMWW 4500 NH3 - E/F	400 unidades		
Cádmio	EPA 6010 C / 3051	400 unidades		
Chumbo	EPA 6010 C / 3051	400 unidades		
Cobre	EPA 6010 C / 3051	400 unidades		
Alumínio	EPA 6010 C / 3051	400 unidades		
Merúrio	EPA 245.7	400 unidades		
Manganês	EPA 6010 C / 3051	400 unidades		
Bário	EPA 6010 C / 3051	400 unidades		
Níquel	EPA 6010 C / 3050	400 unidades		

Zinco	MA-070-L2	400 unidades		
Arsênio	MA-070-L2	400 unidades		
Cromo	MA-070-L2	400 unidades		
Mercúrio	MA-070-L2	400 unidades		
PCB	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3550 C:2007	400 unidades		
DDD	U.S. EPA 8270	400 unidades		
DDE	U.S. EPA 8270	400 unidades		
DDT	U.S. EPA 8270	400 unidades		
PAHs	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3550 C:2007	400 unidades		
Carbono Orgânico Total	Oxidação por Combustão Catalítica	400 unidades		
Compostos Orgânicos Voláteis	EPA 8260	400 unidades		
Compostos Orgânicos Semi-Voláteis	EPA 8260	400 unidades		
Tributilestanho	SM - 6710 – Tributyl Tin:2011	400 unidades		
Materia Orgânica	Calcinação	400 unidades		
Sólidos Suspensos	SM 2540 E	400 unidades		
DQO	Manual de métodos de análise de solo - Embrapa	400 unidades		
Fósforo Total	Digestão 4500-P (E)	400 unidades		
Fósforo Dissolvido	EPA 6010 C / 3051	400 unidades		
Óleos Minerais	POP PA 064	400 unidades		
Ferro Solúvel	EPA 6010 C / 3051	400 unidades		
Granulometria	Peneiramento	400 unidades		

ANÁLISES QUÍMICAS DE ÁGUA				
Parâmetro	Método	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
Nitrogênio Total	EMBRAPA:2011 / STANDARD METHODS 22º ED. 4500 F	200 unidades		

Fosfato	MA-014-L2	200 unidades		
Nitrato	SMEWW 22ª Edição 2005: 4500-NO3- Nitrogen E: Colorimetric Method	200 unidades		
Nitrito	SMEWW 21ª Edição 2005: 4500-NO2- Nitrogen B: Colorimetric Method	200 unidades		
Nitrogênio Amoniacal	SM 4500-NH3 (F) - 22ª Edição - Phenate Method	200 unidades		
Nitrogênio Kjeldahl	MA-022-L2	200 unidades		
Cádmio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades		
Chumbo	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades		
Cobre	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades		
Mercúrio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades		
Zinco	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades		
Arsênio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades		
HPAs	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3510 C:1996	200 unidades		
Tributilestanho	POP PA 167	200 unidades		
Óleos e Graxas		200 unidades		

Niterói ____ de _____ de 2018.

Assinatura

Nome (legível):

RG:

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA

Eu, _____, RG nº _____ emitido pelo _____ e CPF nº _____, como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ _____, para fins do disposto no item _____ da Seleção Pública nº 011/2018, declara, sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a)** A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela empresa _____, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Seleção Pública nº 011/2018, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b)** A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Seleção Pública nº 011/2018, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- c)** Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Seleção Pública nº 011/2018 quanto a participar ou não da referida Seleção;
- d)** Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante

potencial ou de fato da Seleção Pública nº 011/2018 antes da adjudicação do objeto da referida Seleção;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Fundação Euclides da Cunha – FEC antes da abertura oficial das propostas, e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Niterói ____ de _____ de 2018.

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

(razão social da empresa)

inscrita no CNPJ nº _____, por
intermédio de seu representante legal, o (a)
Sr.(a) _____, portador da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta
empresa, na presente data, é considerada:

- () Microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de
14/12/2006.
- () Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar
nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses
descritas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de
2006.

Niterói ____ de _____ de 2018.

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO OU FORÇADO E
MÃO DE OBRA INFANTIL**

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, não empregar e/ou utilizar trabalho escravo ou forçado e mão de obra infantil, bem como não contratar e/ou manter relações com quaisquer outras empresas (parceiros, fornecedores e/ou subcontratados) que utilizem, explorem e/ou por qualquer meio ou forma empreguem o trabalho infantil nos termos previstos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), conforme disposições da Lei n.º 8.069/90 e demais normas legais e/ou regulamentares em vigor.

Niterói ____ de _____ de 2018.

Assinatura

Nome (legível):

RG:



SELEÇÃO PÚBLICA Nº 011/2018

PROCESSO Nº 390486-4

ANEXO X

**CONTRATO Nº 000/2018 DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A
FUNDAÇÃO EUCLIDES DA
CUNHA - FEC E DO OUTRO A
EMPRESA _____.**

A **FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA - FEC**, Instituição Privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.438.229/0001-09, com sede na Rua Miguel de Frias, nº 123, Parte, Icaraí, Niterói – RJ, doravante denominada **FEC**, neste ato representada pelo Diretor Presidente, Professor Alberto Di Sabbato, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 2095132, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 195.026.647-87, residente e domiciliado na Estrada da Gávea, 847, apt. 1503, São Conrado, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.610-001, nomeado pela Portaria nº 57.812, de 18 de janeiro de 2017, do Magnífico Reitor da Universidade Federal Fluminense - UFF, publicada no Boletim de Serviço UFF ANO LI- Nº. 014 – Seção II, pág. 07, de 23 de janeiro de 2017, e de outro lado a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, CEP: _____ doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, resolvem celebrar o presente Contrato de acordo com os termos constantes no Processo FEC nº 390486-4 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de laboratório para análises físico-químicas e biológicas de sedimentos e água para obras de dragagem marítimas, oriundos do Complexo Estuarino de Paranaguá/PR, do Porto de Maceió/AL

e de Fortaleza/CE, em atendimento às necessidades do Projeto “*Gerenciamento ambiental de Serviços de Dragagem inseridos no Plano Nacional de Dragagem II (PND II)*”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

2.1 Constituem partes integrantes deste Contrato, estando a ele vinculados, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Instrumento Convocatório de Seleção Pública FEC nº 011/2018;
- b) Termo de Referência;
- c) Proposta de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

3.1 A **CONTRATADA** deverá realizar os seguintes serviços:

- a) Fretamento das amostras por transporte aéreo e/ou rodoviário;
- b) Conservação das amostras em gelo;
- c) Fornecimento de frascaria para coleta;
- d) Análise Química de Sedimentos;
- e) Análise Granulométrica de Sedimentos;
- f) Análises Químicas de Água;
- g) Análise Ecotoxicológica de Sedimentos.

3.1.1 A coleta das amostras é de competência da Universidade Federal Fluminense – UFF.

CLÁUSULA QUARTA - DO DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

4.1 Análise Química de Sedimentos: Deverá ser obedecida a seguinte metodologia para cada parâmetro:

Parâmetro	Método	Quantidade
Nitrogênio Kjeldahl	MA-024-L2	400 unidades
Nitrogênio Amoniacal	SMWW 4500 NH3 - E/F	400 unidades
Cádmio	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Chumbo	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Cobre	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Alumínio	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Mercúrio	EPA 245.7	400 unidades
Manganês	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Bário	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Níquel	EPA 6010 C / 3050	400 unidades
Zinco	MA-070-L2	400 unidades
Arsênio	MA-070-L2	400 unidades
Cromo	MA-070-L2	400 unidades
Mercúrio	MA-070-L2	400 unidades
PCB	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3550 C:2007	400 unidades
DDD	U.S. EPA 8270	400 unidades
DDE	U.S. EPA 8270	400 unidades
DDT	U.S. EPA 8270	400 unidades
PAHs	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3550 C:2007	400 unidades
Carbono Orgânico Total	Oxidação por Combustão Catalítica	400 unidades
Compostos Orgânicos Voláteis	EPA 8260	400 unidades
Compostos Orgânicos Semi-Voláteis	EPA 8260	400 unidades
Tribute estanho	SM - 6710 – Tributyl Tin:2011	400 unidades
Matéria Orgânica	Calcinação	400 unidades
Sólidos Suspensos	SM 2540 E	400 unidades

DQO	Manual de métodos de análise de solo - Embrapa	400 unidades
Fosforo Total	Digestão 4500-P (E)	400 unidades
Fósforo Dissolvido	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Óleos Minerais	POP PA 064	400 unidades
Ferro Solúvel	EPA 6010 C / 3051	400 unidades
Granulometria	Peneiramento	400 unidades

4.1.1 Qualquer método que por ventura esteja equivocado na tabela, considerar os métodos aceitos pelos órgãos ambientais.

4.2 Análise Granulométrica de Sedimentos: A determinação das frações granulométricas deve ser feita através do peneiramento úmido das amostras secas (50g) em malha de 0,063 mm com o objetivo de separar a fração de sedimentos finos (silte+argila). Em seguida, as frações remanescentes devem ser submetidas a peneiramentos secos com auxílio de um agitador mecânico (Shaker) separando as diferentes frações, de acordo com a escala de Wentworth (Wentworth, 1992). O resultado da análise deve ser expresso em % das frações principais: cascalho (>2mm), areia (>0,063 – 2mm) e finos (<0,063mm).

4.3 Análises Químicas de Água:

Água		
Parâmetro	Método	Quantidade
Nitrogênio Total	EMBRAPA:2011 / STANDARD METHODS 22ª ED. 4500 F	200 unidades
Fosfato	MA-014-L2	200 unidades
Nitrato	SMEWW 22ª Edição 2005: 4500-NO3- Nitrogen E: Colorimetric Method	200 unidades
Nitrito	SMEWW 21ª Edição 2005: 4500-NO2- Nitrogen B: Colorimetric Method	200 unidades
Nitrogênio Amoniacal	SM 4500-NH3 (F) - 22ªEdição - Phenate Method	200 unidades

Nitrogênio Kjeldahl	MA-022-L2	200 unidades
Cádmio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Chumbo	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Cobre	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Mercúrio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Zinco	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
Arsênio	US EPA – 8270 D:2007	200 unidades
HPAs	US EPA – 8270 D:2007; US EPA 3510 C:1996	200 unidades
Tributilestanho	POP PA 167	200 unidades
Óleos e Graxas		200 unidades

4.3.1 Qualquer método que por ventura esteja equivocado na tabela, considerar os métodos aceitos pelos órgãos ambientais.

4.4 Análise Ecotoxicológica de Sedimentos:

4.4.1 Realização de ensaios ecotoxicológicos crônico com a fase aquosa (elutriato) dos sedimentos superficiais utilizando como organismo-teste o ouriço-do-mar *Arbacia lixula* (ECHINOIDEA: ARBACIIDAE). Os ouriços-do-mar desta espécie são exclusivamente litorâneos, sendo encontrados principalmente sobre substrato rochoso, até cerca de 15 metros de profundidade, e em praticamente toda a costa brasileira.

4.4.2 Para a realização dos testes, os gametas serão liberados através de injeção de solução de cloreto de potássio (KCl 0,5 M) na região peri-oral dos ouriços-do-mar. Serão preparadas cinco (5) réplicas de ensaio para cada elutriato, dos quais uma réplica destina-se ao controle de salinidade e pH em frascos de 15 mL. Um número mínimo de 300 ovos de *Arbacia lixula* serão transferidos para os frascos testes e incubados por um período de 24 horas a $25 \pm 2^\circ\text{C}$ e foto-período de 12h12min. A finalização do teste será realizada por fixação com formol a 4 %. Serão considerados os testes válidos quando o percentual de efeito nos frascos controle não ultrapassar 20%

e alterações superiores de pH e salinidade não excederem 20% da inicial. A análise do conteúdo dos frascos para a identificação do efeito tóxico será realizada em microscópio verificando o estágio de desenvolvimento de no mínimo 100 embriões, utilizando-se uma Câmara de Sedgwick – Rafter (CETESB, 1992).

4.5 Quantidade de amostras e campanhas:

4.5.1 01 (uma) Campanha Maceió/AL: 26 (vinte e seis) amostras de água e 13 (treze) amostras de sedimento por campanha;

4.5.2 01 (uma) Campanha Fortaleza/CE: 26 (vinte e seis) amostras de água e 13 (treze) amostras de sedimento por campanha;

4.5.4 04 (quatro) Campanhas Paranaguá/PR: 33 (trinta e três) amostras de água e 33 (trinta e três) de sedimento por campanha mensal.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 A **CONTRATADA** deverá atender a todas as solicitações da **FEC**, de forma a garantir que os objetivos e metas estabelecidos para o processo sejam alcançados;

5.2 Durante todo o desenvolvimento do processo, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar toda e qualquer informação necessária aos técnicos da UFF para o acompanhamento, por parte destes, da evolução das atividades;

5.3 A **CONTRATADA** deverá sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, quando necessário, por parte da **FEC**, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.4 Os serviços contratados deverão ser executados seguindo as orientações, normas técnicas pertinentes e padrões adotados pela **FEC**;

5.5 Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar toda e qualquer informação e documentação solicitada pela **FEC**, pelos profissionais indicados para a prestação de serviços, a qualquer momento, num prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

5.6 A **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento das frascarias, e pela conservação e envio das amostras para laboratórios;

5.7 A **CONTRATADA** será responsável por buscar as amostras nas áreas em que forem coletados a água e/ou sedimentos: Complexo Estuarino de Paranaguá/PR, do Porto de Maceió/AL e de Fortaleza/CE.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1 Os produtos deverão ser entregues em meio digital, de acordo com as seguintes especificações:

- a)** Em formato aberto (editável), nas extensões de arquivos dos *softwares* de origem;
- b)** Em formato fechado para impressão, em extensão de arquivo pdf;
- c)** Gravados em mídias personalizadas do projeto e enviados por correio eletrônico ou como *link* para *download* em plataforma de dados em nuvem.



CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Todos os produtos devem ser previamente aprovados pela **FEC** e pela Coordenação do Projeto.

7.2 A rejeição de um produto apresentado pela **CONTRATADA** deve ser fundamentada por escrito pela **FEC**.

7.3 Em caso de rejeição de um produto, a **CONTRATADA** deverá propor até três (3) novas alternativas, sucessivamente, até a aprovação, sem qualquer ônus adicional para a **FEC**.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 O prazo de vigência da contratação será até a data de 01 de maio de 2019, podendo ser prorrogada por meio de Termo Aditivo, conforme art. 28 do Decreto Lei nº 8.241/2014.

CLÁUSULA NONA - DA FONTE DOS RECURSOS

9.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta dos recursos consignados do Projeto FEC nº 3931.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO

10.1 O valor global do presente Contrato importa em R\$ XXXXX (por extenso), inclusos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento de seu objeto, conforme Proposta de Preço anexa;

10.2 A **CONTRATADA** declara que os preços propostos compreendem todos os custos, encargos e despesas decorrentes, direta ou indiretamente e os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas decorrentes da contratação dos funcionários que prestarão os serviços, não podendo pleitear outros valores, seja a que título for para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

11.1 Os serviços serão iniciados a contar da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços pela FEC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento dos serviços executados será realizado até 30 (trinta) dias corridos, do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

12.2 Para que o pagamento seja efetuado deve ser apresentada nota fiscal/fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada pelo fiscal designado pela **FEC**, de acordo com as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO** deste Instrumento, cumpridas todas as exigências contratuais, na forma abaixo:

a) Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo circunstanciado, emitido pelo fiscal da **FEC** e, posteriormente, será emitido o termo de recebimento definitivo, no prazo de até 05 dias úteis a contar do recebimento da (s) nota (s) fiscal (ais)/fatura (s).

b) A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) para pagamento deverá estar em conformidade com as especificações constantes deste Instrumento Contratual e proposta de preços,



com os quantitativos efetivamente entregues, e, devidamente atestada pelo fiscal designado pela **FEC**.

c) A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) deverá (ão) ser emitida (s) em nome da Fundação Euclides da Cunha - **FEC**, endereço da Rua Miguel de Frias, 123 - Parte, Icaraí – Niterói/RJ, CNPJ nº 03.438.229/0001-09.

d) A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) deve (m) ser entregue (s) seguinte endereço: Rua Miguel de Frias, 123 - Parte, Icaraí – Niterói/RJ/Gerência de Suprimentos.

12.3 O pagamento dependerá da real prestação do serviço, podendo haver variação entre a quantidade efetivamente prestada e a quantidade estimada, constante das partes integrantes deste Instrumento.

12.3.1 Possíveis mudanças no escopo, conforme descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, serão avaliadas e poderão ocorrer apenas com o consentimento da **FEC** e da **CONTRATADA**, mediante Termo Aditivo.

12.4 O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante atesto da (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s), correspondendo tão somente aos serviços efetivamente prestados.

12.5 Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados.

12.6 O pagamento será adequado ao atendimento das metas na execução do serviço, com base no escopo descrito na **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** neste Contrato.

12.7 O pagamento será creditado em conta corrente da **CONTRATADA**, através de depósito bancário contra qualquer instituição indicada na proposta, devendo para isto

ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12.8 Havendo identificação na nota (s) fiscal (s)/fatura (s) de cobrança indevida, o fato será informado à **CONTRATADA** e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da data da reapresentação da nota fiscal/fatura devidamente corrigida e atestada pelo fiscal.

12.9 A (s) nota (s) fiscal (s)/fatura (s) deverá (ão) mencionar o número deste Contrato e conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados.

12.10 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à **CONTRATADA** ou inadimplência contratual, inclusive.

12.10.1 A **FEC** descontará dos pagamentos devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

12.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa da **FEC**, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida no subitem 12.1 até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

12.11.1 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Autoridade Superior competente da **FEC**, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, consoante o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93 combinado com o disposto no Decreto Lei nº 1.737/79 e no Decreto nº 93.872/86, devendo apresentá-la no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da sua assinatura.

13.2 A garantia deverá ser apresentada em uma das seguintes modalidades, previstas no § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93:

a) Caução em Dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro Garantia.

c) Fiança Bancária.

13.3 No caso da **CONTRATADA** optar pela apresentação de garantia sob a forma de caução em dinheiro, deverá fazê-lo por meio de depósito caucionado na Caixa Econômica Federal, em conformidade com o disposto no artigo 1º do Decreto Lei nº 1.737/79.

13.4 A **CONTRATADA** que optar pela apresentação de garantia por meio de Carta de Fiança Bancária, deverá fazer expressar nesse instrumento, a renúncia do fiador aos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 da Lei nº 10.406/02.

13.5 A garantia deverá ter o seu valor proporcionalmente complementado, quando ocorrer modificação no valor total do Contrato ou quando ocorrer sua utilização para cobertura de eventuais multas aplicadas.

13.6 A **FEC** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de seu preposto, ou, ainda, para aplicação de multas, depois de esgotado o prazo recursal.

13.7 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda, de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a restabelecer o valor real da garantia, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que para tanto for notificada pela **FEC**.

13.8 O valor da garantia será retido integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, ou reparação por perdas e danos, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.9 O valor da garantia será liberado pela **FEC**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do término do Contrato, se cumpridas todas as obrigações devidas pela **CONTRATADA**, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos que tenham sido causados a **FEC** na execução do objeto contratado, respeitando-se o disposto sobre o assunto no Decreto-Lei nº 1.737/79 e no Decreto nº 93.872/86.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Além de cumprir rigorosamente as normas e obrigações constantes deste Contrato e os demais instrumentos que o integram, respeitando os prazos acordados e de acordo com as normas e diretrizes da **FEC** e da legislação pertinente, caberão à **CONTRATADA** as seguintes obrigações:

- a)** Instituir um funcionário responsável por todo o processo de comunicação com a **FEC** na realização dos serviços contratados e outros assuntos correlatos ao objeto deste Contrato;
- b)** Adotar todos os critérios de segurança para a realização dos serviços, observando rigorosamente as normas de segurança e medicina do trabalho, e tomar as providências caso ocorra algum sinistro com os seus funcionários no desempenho das atividades;
- c)** Dispor de quadro de pessoal suficiente para atendimento ininterrupto dos serviços seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço e outros análogos;
- d)** Atender prontamente a toda reclamação que porventura ocorra, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários;

- e) Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que se verifique na execução dos serviços;
- f) Indenizar qualquer prejuízo causado à **FEC**, em decorrência da execução em parte do Contrato, bem como de sua inexecução, por seus empregados ou prepostos, reparando os danos causados;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **FEC** em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar da data da solicitação da **FEC**;
- h) Reconhecer os fiscais designados pela **FEC** e pela UFF para fiscalizar a prestação dos serviços contratados, atendendo as reclamações formuladas;
- i) Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do contrato qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- j) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais oriundos do Contrato, bem como de possíveis demandas: trabalhistas, cíveis ou penais relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;
- k) Arcar com todas as obrigações fiscais, sociais e previdenciárias dos seus empregados, e da empresa, como também taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **FEC**;

l) Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços objeto do Contrato, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas em sua execução;

m) Respeitar todas as especificações da Proposta Comercial integrante deste Contrato;

n) Não fazer uso das informações prestadas pela **FEC**, salvo em absoluto cumprimento do Contrato em questão.

14.2 A **CONTRATADA** deverá ser acreditada pelo INMETRO na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005.

14.3 A **CONTRATADA** deverá ter capacidade técnica para realizar, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos parâmetros definidos neste instrumento, sendo assim, só será permitida a subcontratação de laboratórios para a realização de, no máximo, 30% (trinta por cento) dos parâmetros.

14.3.1 Caso haja subcontratação, deverá ser autorizado pela **FEC**, bem como, o laboratório subcontratado deverá também ser acreditado pelo INMETRO na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005 em todos os parâmetros terceirizados.

14.4 A **CONTRATADA** se responsabiliza pelo fornecimento de frascos específicos para cada tipo de análise, a conservação, preservação e análise das amostras definidas neste instrumento.

14.5 A **CONTRATADA** se responsabiliza o transportes das análises dos locais de coleta até o laboratório.

14.6 É vedado divulgação ou comentário de qualquer natureza, sem a autorização expressa da FEC, dos resultados das análises objeto do presente instrumento. A **CONTRATADA** deverá manter sigilo de todas as informações oriundas dos trabalhos realizados e análises de laboratórios processadas, sendo passível de sanções legais e administrativas cabíveis, em caso de descumprimento.

14.7 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, a qualquer tempo, um consultor especializado no objeto deste instrumento, para realizar a interpretação dos resultados, estudos visando otimização de processos, comparações de resultados, etc.

14.8 A **CONTRATADA** deverá possuir, do início ao término do Contrato, núcleo próprio, com pessoal técnico devidamente habilitado e registrado para recebimento de amostras, a qualquer tempo que for solicitado.

14.9 Qualquer não conformidade encontrada nas análises realizadas deverá ser comunicada imediatamente à FEC, após a confirmação do resultado. Os meios de transmissão de informação, que visem à agilidade de comunicação, serão ser definidos pela FEC;

14.9.1 Após a comunicação de não conformidade, a FEC, definirá o dia para a realização de uma nova coleta, devendo a **CONTRATADA** estar apta a fornecer os frascos e equipamentos necessários para a coleta num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.10 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, quando solicitada, o acesso aos seus laboratórios para acompanhamento das análises realizadas, ficando sob a responsabilidade da **CONTRATADA** os custos com transporte e hospedagem, caso o laboratório esteja localizado fora do Estado do Rio de Janeiro.

14.11 A **CONTRATADA** deverá estar apta a fornecer, através de sistema informatizado, os resultados das análises realizadas até 24 (vinte e quatro) horas após suas determinações. O sistema a ser disponibilizado deverá ser on-line.

14.12 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, através de planilhas aprovadas pela FEC, os relatórios das análises realizadas através da Internet, com assinaturas eletrônicas e sistema de senhas para acesso;

14.12.1 Os relatórios de resultados analíticos deverão ser disponibilizados na Internet, entregues em meio digital e impresso, devidamente assinados pelos técnicos responsáveis, num prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, após a data de coleta das amostras.

14.13 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um técnico capacitado, que esteja quite com as obrigações exigidas pelo Conselho Regional correspondente, para treinar a equipe da UFF que efetuará as coletas, ficando sob a responsabilidade da Contratada os custos com transporte e hospedagem, caso o laboratório fique localizado fora do Estado do Rio de Janeiro.

14.14 Todos os equipamentos deverão estar calibrados e seus certificados de calibração deverão acompanhar os respectivos relatórios de análise.

14.15 A **CONTRATADA** deve enviar os frascos (plástico ou vidro), dependendo do analito e matriz a ser analisada, com os preservantes necessários para cada analito. Todos os fracos devem ser etiquetados, com as seguintes informações:

- a) Número de cada amostra: (a ser preenchida pela UFF);
- b) Data de coleta: (a ser preenchida pela UFF);
- c) Preservante: (a ser preenchido pelo laboratório);

- d) Armazenamento: (a ser preenchido pelo laboratório)
- e) Tempo máximo de estocagem: (a ser preenchido pelo laboratório)
- f) Matriz: (a ser preenchida pela UFF)

14.15.1 Em relação ao preservante utilizado, devem ser indicados o produto, o volume e concentração, por exemplo: Preservante: (HCl, 1,0mL, conc.) ou HCl, 5,0mL, 1%).

14.15.2 Em relação ao armazenamento, deve ser indicado se a amostra deve ser mantida a 4°C (em gelo), temperatura ambiente, ou congelada até o envio da mesma para o laboratório.

14.16 Após a coleta, a **CONTRATADA** deverá apresentar os laudos analíticos entre 45 - 60 dias.

14.17 A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços contratados ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

14.18 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Contratada deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA FEC

15.1 Nomear um funcionário, a ser denominado fiscal do Contrato, para o acompanhamento e a fiscalização de sua execução, a qual consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato.

15.2 Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

15.3 Proceder à aplicação das sanções contratuais e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste Contrato.

15.4 Comunicar à **CONTRATADA**, toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação do serviço.

15.5 Observar para que, durante a vigência contratual, sejam cumpridas todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA** bem como mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

15.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

15.7 Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a realização do serviço, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com os termos pactuados.

15.8 A inadimplência por parte da **CONTRATADA**, com referência às obrigações sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **FEC**, nem poderá onerar o objeto da contratação, ou tampouco constituirá qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **FEC**.

15.9 Verificar a regularidade da situação fiscal da **CONTRATADA**, antes de efetuar cada pagamento devido.

15.10 Proporcionar todos os meios para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas.

15.11 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da **FEC** deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

16.1.1 Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada.

16.1.2 A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida.

16.1.3 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato.

16.2 O fiscal do Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

16.3 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Instrumento Contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

16.4 Caberá ao Fiscal do Contrato:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- b) Assegurar-se pela boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- c) Observar, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, bem como sejam mantidas todas as condições pactuadas.
- d) Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, as ocorrências de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- e) Recusar o pagamento dos serviços que não forem prestados de acordo com o contratado.
- f) Documentar as ocorrências havidas, fiscalizando o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quando da interrupção da prestação dos serviços.
- g) Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções ou possíveis alterações.

16.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada sem prejuízo das demais ações que objetivem o perfeito cumprimento do Contrato e aplicação das sanções cabíveis.

16.5.1 A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para sua execução com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do Contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheias ao seu controle.

16.5.2 O fiscal do Contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade de sua execução à qualidade exigida.

16.6 A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados a **FEC** ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade da **FEC** ou de seus agentes e prepostos.

16.7 Caberá à **FEC** notificar, por escrito, a **CONTRATADA** as ocorrências, observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O atraso injustificado na execução dos serviços ou o descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 0,5% (meio por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, uma vez comunicada oficialmente.

17.2 A aplicação da multa de mora estabelecida no subitem anterior não impede que a **FEC** rescinda unilateralmente o Contrato e/ou aplique as sanções previstas no **subitem 17.3**, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

17.3 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a **FEC**, poderá, garantida a prévia defesa, rescindi-lo e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:

a) Advertência.

b) Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, até no máximo de 4,2% (quatro vírgula dois por cento), calculada sobre o valor do Contrato, considerando a data da notificação, até que seja sanada a irregularidade.

c) Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

d) Suspensão temporária do direito de participar de Seleções Públicas e contratar com a **FEC**, pelo prazo de até 02 (dois) anos, na ocorrência das hipóteses prevista na legislação vigente;

e) Declaração de inidoneidade para contratar com a **FEC**, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **FEC** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no disposto na alínea anterior.

17.4 As sanções previstas nas alíneas “b” e “c” do subitem **17.3**, poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais penalidades deste mesmo subitem.

17.5 As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do subitem **17.3**, somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da Autoridade Competente da **FEC** e apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a **CONTRATADA** for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito a qualquer contestação.

17.6 As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do subitem **17.3**, poderão também ser aplicadas à **CONTRATADA** que, na execução do Contrato:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

b) Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar o objetivo da contratação.

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a **FEC**, em virtude de atos ilícitos praticados.

17.7 A multa prevista no subitem **17.1** também deverá ser aplicada quando houver a aplicação de 03 (três) advertências, com percentual de mais 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato, além do estabelecido no subitem **17.1**.

17.8 A advertência prevista no subitem **17.3** também será aplicada nos casos em que a execução contratual não se der de acordo com o recomendado pelo funcionário responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, ou deixar de ser realizado.

17.9 O não cumprimento de qualquer obrigação assumida, enseja as sanções descritas.

17.10 A **FEC** formalizará comunicado à **CONTRATADA** sobre as sanções aplicáveis, ficando assegurada a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada a **FEC**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a data de recebimento da comunicação por parte do fiscal do Contrato.

17.11 Será de responsabilidade da **CONTRATADA** o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

17.12 Obriga-se também a **CONTRATADA** por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

17.13 O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação.

17.13.1 No caso de atraso no recolhimento das multas, deverá ser procedida a atualização do seu valor, mediante uso da fórmula apresentada na condição do subitem 12.11.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

18.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão.

18.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da **FEC**, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis contados da

notificação formal, período em que a **CONTRATADA** poderá exercer o contraditório e sua defesa relativamente à rescisão contratual.

b) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a Administração da **FEC**, reduzida a termo de processo administrativo.

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

18.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente da **FEC**.

18.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.5 Constituem motivos para a rescisão deste Contrato:

a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos.

b) Atraso injustificado no início da execução contratual.

c) O desatendimento das determinações regulares do funcionário da **FEC** designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

d) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**.

e) A dissolução da sociedade da **CONTRATADA**.

- f) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato.

- g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **FEC** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato.

- h) A suspensão da execução dos serviços, por ordem escrita da **FEC**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

- i) O atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela **FEC** salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

- j) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

- k) Lentidão do seu cumprimento, levando a **FEC** comprovar a impossibilidade da perfeita execução contratual, nos prazos estipulados.

- l) Paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação à **FEC**.

m) Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como à fusão, cisão ou incorporação, não admitidos neste Contrato.

18.6 A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **FEC**, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste Instrumento e em Lei, até a completa indenização dos danos.

18.7 A **FEC** poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, mediante comunicação por escrito, no caso de ocorrência das hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII e XVIII, da Lei nº 8.666/93, não cabendo à **CONTRATADA** o direito de qualquer ação ou reclamação com base em prejuízos ou lucros cessantes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos futuros decorrentes deste Contrato, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da **FEC**.

19.2 Não valerá, como precedente ou novação, ou ainda, como renúncia aos direitos que a legislação e o presente Contrato asseguram a **FEC**, a tolerância, de sua parte, de eventuais infrações, cometidas pela **CONTRATADA**, à cláusula e condições estabelecidas neste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 O Foro do Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer questões que possam vir a decorrer



do presente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

Para firmeza e por estarem, assim, justos e acordados, é firmado o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelos representantes legais das partes, juntamente com duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Niterói, ____ de _____ de 2018.

PELA FEC

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

RG:

CPF:

NOME:

RG:

CPF: